

Andima: mudança de regras prejudica credibilidade.

O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, criticou ontem, no Rio, a vinculação da correção monetária ao Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

Em sua opinião, a mudança deve-se, principalmente, ao fato de que o governo não vem conseguindo resultados consistentes na economia, pois "todo mundo sabe que esse IPCA não refletirá a inflação de novembro, cuja estimativa com base no Índice Geral de Preços (IGP) calculado pela Fundação Getúlio Vargas deverá ultrapassar 13%".

Para Brandão, "essa intempestiva alteração prejudica a formação da poupança interna, na medida em que retira a confiança do poupador". Estimou prejuízos generalizados em todas as formas de investimento de renda fixa, ou seja, aqueles cuja rentabilidade está vinculada "à correção monetária".

O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), entidade mantida por um grupo de empresas do setor privado, divulgou ontem o primeiro número de sua carta econômica, advertindo o governo para os riscos de excessivo otimismo em relação aos resultados econômicos, sobretudo quanto

ao "repique inflacionário" decorrente da manutenção do descompasso entre o saldo líquido de receitas e despesas do governo.

Para o IBMEC, a pressão sobre os preços será realimentada pelos reajustes reais dos salários, os choques dos preços agrícolas, a expansão monetária acima de 200% e as despesas das eleições para governadores e Assembleia Nacional Constituinte, entre outros fatores.

Algumas das principais lideranças industriais do País consideraram "muito alto" e "preocupante" o índice de inflação calculado para este mês, de 14,5%, mas afirmaram que a média do ano não será muito superior à de 84 e consideraram isto "positivo", na medida em que houve um crescimento real da economia e o fim do "arrocho salarial".

"O índice é preocupante", afirmou o presidente da CNI, senador Albano Franco. "Mas, de qualquer maneira, muitos empresários estavam contando com uma inflação, nos 12 meses deste ano, de 330%. Isto não aconteceu. Repetimos, ou vamos repetir, o índice de 1984, o que é um ganho se notarmos que houve reaquecimento da economia. Ao mesmo tempo, nós confiamos que, a partir da entrada em vigor do novo pacote eco-

nômico do governo, aumentando a arrecadação e reduzindo os déficits públicos, o índice será declinante".

O governo brasileiro está pronto para prosseguir com todas as importações de produtos alimentícios que sejam necessários, de forma a garantir o abastecimento, combater a especulação e reduzir os índices inflacionários, caso a seca agrave a atual safra agrícola. A informação foi prestada ontem, no Rio, pelo diretor geral da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Roberto Fendt, acrescentando que "o governo está muito atento e acompanhando a evolução do abastecimento".

Após explicar que essas compras externas fazem parte dos programas normais de importação do País, naquilo que for necessário exceder, Fendt disse que "é certo e decidido que o governo, em momento algum, deixará de combater os efeitos perniciosos dessa prolongada estiagem que já vem atingindo vários alimentos de consumo popular, como o milho, feijão, arroz e soja".

Segundo ele as importações adicionais de produtos alimentícios serão realizadas mediante esforços no sentido de o Brasil obter contrapartida de exportação.